

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	88.695.913
Preferenciais	21.002.999
Total	109.698.912
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.936
Preferenciais	0
Total	1.936

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	926.398	898.578
1.01	Ativo Circulante	704.187	703.859
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	639.450	635.318
1.01.01.01	Caixa e Bancos	379	717
1.01.01.02	Aplicação com Liquidez Imediata	639.071	612.185
1.01.01.03	Numerários em Trânsito	0	22.416
1.01.03	Contas a Receber	36.637	34.191
1.01.03.01	Clientes	114	38
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	36.523	34.153
1.01.03.02.01	Pessoal Cedido a Recuperar - Orgãos Governamentais	4.087	3.353
1.01.03.02.03	Ações Destinadas a Venda	2.903	2.471
1.01.03.02.04	Depósitos Judiciais	28.229	27.537
1.01.03.02.06	Outros Direitos Realizáveis	1.304	792
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.100	34.350
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.100	34.350
1.01.06.01.01	Imposto de Renda a Recuperar	27.405	33.620
1.01.06.01.02	ICMS a Recuperar	695	730
1.02	Ativo Não Circulante	222.211	194.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	124.769	115.914
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	124.769	115.914
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar da Receita Federal do Brasil	120.369	111.979
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.433	1.679
1.02.01.09.05	ICMS a Recuperar	2.967	2.256
1.02.03	Imobilizado	97.442	78.805
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.692	5.948
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	91.750	72.857

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	926.398	898.578
2.01	Passivo Circulante	371.829	366.560
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.328	7.682
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.708	1.976
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.620	5.706
2.01.02	Fornecedores	43.913	44.578
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	43.913	44.578
2.01.03	Obrigações Fiscais	20	464
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3	2
2.01.03.01.02	PIS, COFINS, FUST e FUNTEL a Pagar	3	2
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17	462
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	17	462
2.01.05	Outras Obrigações	58.824	59.287
2.01.05.02	Outros	58.824	59.287
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	13.171	13.178
2.01.05.02.04	Credores de Empresas Telecomunicações	43.422	42.339
2.01.05.02.06	Consignações a Favor de Terceiros	1.606	3.455
2.01.05.02.07	Outras obrigações	625	315
2.01.06	Provisões	260.744	254.549
2.01.06.02	Outras Provisões	260.744	254.549
2.01.06.02.05	Contingências Passivas	260.744	254.549
2.02	Passivo Não Circulante	195.791	193.345
2.02.04	Provisões	195.791	193.345
2.02.04.02	Outras Provisões	195.791	193.345
2.02.04.02.04	Provisões para Contingências Passivas	68.513	67.276
2.02.04.02.05	Credores por Perdas Judiciais	126.670	125.640
2.02.04.02.06	Antecipação de Clientes	608	429
2.03	Patrimônio Líquido	358.778	338.673
2.03.01	Capital Social Realizado	419.455	419.455
2.03.02	Reservas de Capital	447.416	416.671
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	447.416	416.671
2.03.04	Reservas de Lucros	-111	-111
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-111	-111
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-508.135	-497.064
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	153	-278

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	175	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.216	0
3.03	Resultado Bruto	-1.041	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.425	-9.736
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.442	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.469	-10.862
3.04.02.01	Serviços de Terceiros	-1.666	-2.358
3.04.02.02	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-7.902	-7.570
3.04.02.03	Aluguéis	-1.371	-614
3.04.02.04	Perdas Judiciais	0	-34
3.04.02.05	Taxas Condominiais	-149	-101
3.04.02.06	Materiais	-40	-55
3.04.02.07	Depreciação e Amortização	-259	-95
3.04.02.08	Sindicatos e Associações de Classe	-82	-35
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	474
3.04.04.01	Despesas Recuperadas - Contingências	0	398
3.04.04.03	Despesas Recuperadas - Outras	0	76
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.514	652
3.04.05.01	Provisão/Ajuste de Contingências Judiciais - C. Prazo	-830	879
3.04.05.02	Prov./Ajuste de Contingências Judiciais não C. Prazo	-665	-216
3.04.05.04	Diversos Impostos, Taxas e Contribuições	-19	-11
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.466	-9.736
3.06	Resultado Financeiro	4.395	-2.103
3.06.01	Receitas Financeiras	23.797	8.859
3.06.01.01	Receitas de Aplicações com Liquidez Imediata	22.010	7.252
3.06.01.02	Receita de Juros sobre Tributos a Recuperar C. Prazo	175	12
3.06.01.03	Receita de Juros sobre Tributos a Recuperar L. Prazo	1.133	1.324
3.06.01.04	Receita de Var. Monet. de Dep. Judiciais C. Prazo	462	218
3.06.01.05	Receita de Var. Monet. de Dep. Judiciais L. Prazo	17	53
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.402	-10.962
3.06.02.01	VM - Empresas de Telecomunicações	-1.084	-967
3.06.02.02	VM - Recursos Capitalizáveis	-10.725	-197
3.06.02.03	VM - Contingências Passivas - Circulante	-993	-1.760
3.06.02.04	VM - Contingências Passivas - Não Circulante	-283	-590
3.06.02.05	Juros - Contingências Passivas - Circulante	-4.133	-4.721
3.06.02.06	Juros - Contingências Passivas - Não Circulante	-1.154	-1.598
3.06.02.07	VM - Outras Obrigações - Circulante	0	-1
3.06.02.09	VM - Credores por Perdas Judiciais - Não Circulante	-1.030	-1.128
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.071	-11.839
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-11.071	-11.839
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-11.071	-11.839
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,10093	-0,10793
3.99.01.02	PN	-0,10093	-0,10793

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,10093	-0,10793
3.99.02.02	PN	-0,10093	-0,10793

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-11.071	-11.839
4.02	Outros Resultados Abrangentes	432	-356
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.639	-12.195

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.279	-2.114
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.896	-9.392
6.01.01.01	Resultado do Período	-11.071	-11.839
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	259	95
6.01.01.03	Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	2.103	2.405
6.01.01.04	Receitas Financeiras sobre Tributos a Recuperar	-1.133	-1.324
6.01.01.05	Receitas Financeiras sobre Depósitos Judiciais	-17	-53
6.01.01.06	Variações Monetárias de Perdas Judiciais	1.030	1.127
6.01.01.07	Despesas Financeiras sobre Recursos Capitalizáveis	10.725	197
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.383	7.278
6.01.02.01	Impostos a Recuperar Trib. Federais - Circulante	6.250	3.355
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-692	-14.448
6.01.02.03	Valores a Recuperar de Governos e Outros - Pessoal	-1.246	864
6.01.02.04	Ações Destinadas a Venda	-432	0
6.01.02.05	Impostos a Recuperar - Longo Prazo	-7.967	-3.358
6.01.02.06	Depósitos Judiciais - Longo Prazo	229	3.234
6.01.02.07	Outros Ativos Circulantes	-76	377
6.01.02.08	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais - Circulante	646	529
6.01.02.09	Fornecedores, Cauções e Retenções - Circulante	-1.621	-710
6.01.02.10	Provisão para Contingências Cíveis e Trab. Circulante	6.195	201.823
6.01.02.11	Outros Credores Cisão Parcial - Circulante	1.083	-1.204
6.01.02.12	Credores Por Perdas Judiciais - Circulante	-322	853
6.01.02.13	Demais Impostos, Taxas e Contribuições - Circulante	-432	0
6.01.02.14	Diversas Obrigações - Circulante	-677	-843
6.01.02.15	Provisão para Contingências Cíveis e Trab. Ñ Circ.	1.237	-183.194
6.01.02.16	Credores por Perdas Judiciais - VTUM - Não Circulante	1.030	0
6.01.02.17	Antecipações de Clientes	178	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.167	-99
6.02.01	Pagamentos de Compras do Imobilizado	-21.167	-99
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	20.020	0
6.03.01	Recursos Recebidos para Futuro Aumento do Capital	20.020	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.132	-2.213
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	635.318	280.178
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	639.450	277.965

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	419.455	416.560	0	-497.064	-278	338.673
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	419.455	416.560	0	-497.064	-278	338.673
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.745	0	0	0	30.745
5.04.08	Recursos para Aumento do Capital Social - Controlador	0	20.020	0	0	0	20.020
5.04.09	At. Mon. dos Rec. para Aumento do Capital Social	0	10.725	0	0	0	10.725
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.071	431	-10.640
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.071	0	-11.071
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	431	431
5.07	Saldos Finais	419.455	447.305	0	-508.135	153	358.778

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	419.455	7.309	0	-449.155	39	-22.352
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	419.455	7.309	0	-449.155	39	-22.352
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	197	0	0	0	197
5.04.09	At. Mon. dos Saldos dos Adiant. P/Aum. de Capital	0	197	0	0	0	197
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.839	-356	-12.195
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.839	-356	-12.195
5.07	Saldos Finais	419.455	7.506	0	-460.994	-317	-34.350

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	175	474
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	175	0
7.01.02	Outras Receitas	0	474
7.01.02.01	Recuperação de Contingências - PISP	0	398
7.01.02.03	Recuperação de Despesas	0	76
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.409	-287
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.409	-287
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.234	187
7.04	Retenções	-1.754	-791
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-259	-95
7.04.02	Outras	-1.495	-696
7.04.02.01	Contingências Judiciais	-1.495	-696
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.988	-604
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.796	8.859
7.06.02	Receitas Financeiras	23.796	8.859
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.808	8.255
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.808	8.255
7.08.01	Pessoal	10.566	8.471
7.08.01.03	F.G.T.S.	594	434
7.08.01.04	Outros	9.972	8.037
7.08.01.04.01	Honorários, Salários e Adicionais	5.473	4.264
7.08.01.04.02	Encargos e Benefícios Sociais	3.029	2.871
7.08.01.04.03	Saúde, Alimentação, Vale Transporte, Aux. Creche e Material Farmacêutico	1.290	1.011
7.08.01.04.04	Provisão para Fundo de Pensão - SISTEL	180	-109
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	203	47
7.08.02.01	Federais	156	11
7.08.02.02	Estaduais	47	36
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.110	11.576
7.08.03.01	Juros	19.402	10.962
7.08.03.02	Aluguéis	1.708	614
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-11.071	-11.839
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-11.071	-11.839

Comentário do Desempenho

Comentários da Administração sobre o desempenho da Companhia:

Estrutura Patrimonial, Econômica e Financeira:

Comparativamente a dezembro de 2011, a Empresa encerrou o 1º trimestre de 2012 com um Patrimônio Líquido da ordem de R\$ 358,8 milhões contra R\$ 338,7 milhões apurados em dezembro de 2011.

Tal situação decorre principalmente do seu direcionamento no sentido de implantar a rede do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL em escala nacional, visando conferir-lhe a amplitude e a capilaridade necessárias ao atendimento da demanda por serviços com a qualidade, a confiabilidade e preços compatíveis com expectativa do mercado.

Assim sendo, para financiar as atividades de implantação de seus projetos a empresa conta com expressivos aportes de recursos do acionista controlador, fonte principal dos recursos empregados na sua estrutura patrimonial, que provocaram as alterações expressivas verificadas na sua estrutura patrimonial.

Demonstra-se a seguir a síntese da sua Estrutura Patrimonial:

Rubricas	R\$ milhões				
	Períodos				
	1º trimestre de 2012			Dezembro de 2011	
	Valor	Part. %	Evolução	Valor	Part. %
Ativo Circulante	704.187	76,0	-	703.859	78,3
Disponibilidades	639.450	69,0	0,6	635.318	70,7
Contas a Receber	36.637	4,0	7,2	34.191	3,8
Tributos a Recuperar	28.100	3,0	(18,2)	34.350	3,8
Ativo Não Circulante	222.211	24,0	14,1	194.719	21,7
Realizável a Longo Prazo	124.769	13,5	7,6	115.914	12,9
Tributos a Recuperar	120.369	13,0	7,5	111.979	12,5
Outros	4.400	0,5	11,8	3.935	0,4
Imobilizado	97.442	10,5	23,6	78.805	8,8
Ativo Total	926.398	100,0	3,0	898.578	100,0
Passivo Circulante	371.829	40,1	1,4	366.560	40,9
Contingências Passivas	260.744	28,1	2,4	254.549	28,3
Credores - Empr. de Telecom	43.422	4,7	2,6	42.339	4,7
Fornecedores	43.913	4,7	(1,4)	44.578	5,1
Outras Obrigações	23.750	2,6	(5,4)	25.094	2,8
Passivo Não Circulante	195.791	21,1	10,7	193.345	21,5
Credores por Perdas Judiciais	126.670	13,7	0,8	125.640	14,0
Contingências Passivas	68.513	7,4	1,8	67.276	7,5
Outras Obrigações	608	-	41,7	429	-
Patrimônio Líquido	358.778	38,7	5,9	338.673	37,7
Passivo Total	926.398	100,0		898.578	100,0

Comentário do Desempenho

Dados do desempenho econômico:

Rubricas	Períodos			
	1º trimestre de 2012		1º trimestre de 2011	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Receitas	24,0	100,0	9,3	100,0
Despesas	(35,0)	(145,8)	(21,1)	(226,9)
Resultado	(11,0)	(45,8)	(11,8)	(126,9)

A empresa por se encontrar em fase pré-operacional em que direciona seus esforços para a implantação da rede nacional de banda larga não conta ainda com faturamento expressivo que possa contribuir para a reversão dos resultados negativos.

Além disso, os passivos contingentes são os itens que mais contribuem para a formação do resultado negativo, tendo em vista o seu volume e pelo fato de serem calculados mensalmente encargos de juros e atualizações monetárias sobre os mesmos. Contribuiu também para a formação do resultado negativo a atualização monetária incidente sobre os recursos capitalizáveis.

OUTROS COMENTÁRIOS:

INSTRUÇÃO CVM Nº 381/2003, DE 14 DE JANEIRO DE 2003 – AUDITORIA EXTERNA

Com relação aos termos da Instrução CVM nº 381/2003, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS esclarece que, até o primeiro trimestre de 2012, a **UHY MOREIRA - AUDITORES** somente prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis.

DELIBERAÇÃO CVM Nº 550, DE 17 DE OUTUBRO DE 2008:

Com relação aos termos da Deliberação CVM nº 550/2008, a TELEBRÁS informa que não possui operações com derivativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16.



Notas

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****1º TRIMESTRE DE 2012****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS é uma sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, vinculada ao Ministério das Comunicações, tendo sido constituída e iniciado suas operações em 09/11/1972 nos termos da autorização contida na Lei nº. 5.792, de 11/07/1972. Foi controladora de 54 empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, sendo 27 empresas de telefonia fixa, 26 empresas de telefonia celular e uma empresa de telefonia de longa distância, até a sua cisão parcial, em 22/05/1998.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 22/05/1998, foi aprovada a cisão parcial da TELEBRÁS, resultando na constituição de 12 (doze) novas empresas controladoras, que foram privatizadas em 29/07/1998, permanecendo não mais com a função de controladora do Sistema TELEBRÁS.

Em 31 de março de 2012, a União detinha diretamente 89,88% das ações ordinárias com direito a voto e 72,67% de seu capital total, que, somados às participações detidas por outras empresas federais, totalizam 74,58% do capital.

Na Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada no dia 03/08/2010, foi aprovada a reforma do Estatuto Social, para efetuar a reestruturação organizacional da Empresa, em cumprimento das metas estabelecidas pelo Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, publicado no DOU de 13/05/2010.

Atualmente a Empresa, em fase de início das operações, além de exercer todas as atividades institucionais como ente integrante da Administração Pública Federal; responde pelo seu contencioso judicial, mantendo em seu quadro funcional empregados cedidos com ônus para a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e outros órgãos governamentais.

Em função do que consta no Decreto s/nº de 11/10/2011 publicado no Diário Oficial da União – DOU de 13/10/2011 foi autorizado o aumento de capital social da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS, no montante de até R\$ 300 milhões, com emissão de novas ações, mediante repasses de créditos da UNIÃO consignados na Lei nº 12.410/11 de 26/05/2011. Foi aprovado na 93ª A.G.E. de 04/04/2012 a proposta de aumento do Capital Social de R\$ 419.454.543,77 para R\$ 719.454.543,77, abrindo o direito de preferência pelo prazo de 30 dias, iniciando em 05/04/2012 e terminando em 04/05/2012 para homologação na próxima A.G.E..

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Critério de Elaboração

As demonstrações contábeis examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, Os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao trimestre findo em 31/03/2012 e, no que couber, as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.

Mudança de critério

Em 31/03/2012 a TELEBRÁS está apresentando o fluxo de caixa pelo método indireto, tendo em vista a mudança de critério em 31/12/2011 e para fins de comparabilidade também está sendo alterado o 1º trimestre de 2011 de direto para indireto.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente, por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado. Vide Nota Explicativa nº 4.

b. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade, saldo do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 5.

Destaca-se ainda o ICMS a Recuperar conforme evidenciado no Balanço Patrimonial, tendo em vista as novas atividades da TELEBRÁS.

c. Imposto de renda e contribuição social

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de, imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Oportunamente, a Empresa voltará a registrar contabilmente, em



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

função de suas novas atividades no Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

d. Ativos realizáveis - Créditos

Estão representados preponderantemente pelos i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

e. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

f. Imobilizado

O imobilizado de operação está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear.

Em 2012, será contratada consultoria especializada para planificação, cadastramento e classificação contábil do imobilizado em expansão, tendo em vista o recente início das operações do PNBL. Vide Nota Explicativa nº 9.

g. Provisões e obrigações trabalhistas

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 10.

h. Provisões para contingências

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS na data do balanço. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

i. Planos de benefícios pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº 17.



Notas TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

k. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

l. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

m. Prejuízo líquido e valor patrimonial por ação - VPA por unidade de ações

Em 31/03/2012 e 31/12/2011 o prejuízo líquido e o VPA por unidade de ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial, sendo 88.693.977 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 109.696.976 ações.

n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem principalmente a provisão para contingências judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa mensalmente as estimativas e premissas da provisão para contingências judiciais.

4. DISPONIBILIDADES

	31/03/2012	31/12/2011	Variação	31/03/2011	31/12/2010	Variação
	A	B	A-B	C	D	C-D
Contas bancárias e fundo fixo	379	717	(338)	238	492	(254)
Numerários em trânsito	-	22.416	(22.416)	-	-	-
Aplicações financeiras	<u>639.071</u>	<u>612.185</u>	<u>26.886</u>	<u>277.727</u>	<u>279.686</u>	<u>(1.959)</u>
Total	<u>639.450</u>	<u>635.318</u>	<u>4.132</u>	<u>277.965</u>	<u>280.178</u>	<u>(2.213)</u>

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

No exercício, a movimentação da conta “tributos a recuperar” foi a seguinte:

Contas	Saldo	Adições		Compensação	Saldo
	31/12/2011	Principal	Juros SELIC	Débitos	31/03/2012
IRRF sobre aplicação financeira e saldo negativo de Imposto de Renda	106.131	4.505	1.114	(3.620)	108.130
IRRF sobre Juros Capital Próprio – JCP	36.211	-	164	(17)	36.358
Outros (Imposto sobre Lucro Líquido e IRRF sobre remessa para o exterior)	2.774	-	20	-	2.794
Contribuição Social	483	-	9	-	492
Total	<u>145.599</u>	<u>4.505</u>	<u>1.307</u>	<u>(3.637)</u>	<u>147.774</u>
Circulante	33.620				27.405
Longo prazo	111.979				120.369

No primeiro trimestre de 2012, a Empresa efetuou a compensação de R\$ 3.637 (R\$ 7.321 em 31/12/2011) com débitos relativos a tributos e contribuições federais relativos a Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre trabalho assalariado e prestadores de serviço pessoa jurídica e de débito de IRRF reclamado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB – PGFN, no processo judicial nº 200334000405974, no valor de R\$ 15.235 em 31/12/2010, ainda em tramitação na Justiça Federal-DF.

Apesar da compensação relativa ao processo acima citado, a TELEBRÁS pleiteia o mesmo valor, no processo judicial de nº 200234000366948 de Ação Anulatória que está também em tramitação na Justiça Federal – DF, para extinção do possível débito.

Do total dos créditos tributários em 31/03/2012, R\$ 126.670 (R\$ 125.640 em 31/12/2011) correspondem aos direitos creditícios cedidos para a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., por força de decisão judicial e do que consta em Termo de Transação e Outras Avenças. Vide informações adicionais na Nota Explicativa nº 14.



Notas TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Demonstrativo do Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social de 31/03/2012 e 31/03/2011 foram apuradas conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2012		31/03/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(11.071)	(11.071)	(11.839)	(11.839)
Adições permanentes	120	120	109	109
Exclusões permanentes	-	-	-	-
Subtotal	<u>(10.951)</u>	<u>(10.951)</u>	<u>(11.730)</u>	<u>(11.730)</u>
Diferenças temporárias	<u>7.073</u>	<u>7.073</u>	<u>6.171</u>	<u>6.171</u>
Adições temporárias:	<u>8.170</u>	<u>8.170</u>	<u>8.216</u>	<u>8.216</u>
Provisão contingências e encargos	8.058	8.058	8.007	8.007
Provisão fornecedores	-	-	150	150
Provisão PISP	-	-	-	-
V.M. dep. judiciais	112	112	57	57
Outras Adições	-	-	2	2
Exclusões temporárias:	<u>(1.097)</u>	<u>(1.097)</u>	<u>(2.045)</u>	<u>(2.045)</u>
Provisão fornecedores	-	-	(75)	(75)
Provisão para contingências	(563)	(563)	(322)	(322)
Provisão PISP	-	-	(806)	(806)
VM – Depósitos Judiciais e outras	(479)	(479)	(271)	(271)
Despesas recuperadas - PISP	-	-	-	-
Outras exclusões temporárias	(55)	(55)	(571)	(571)
Base de Calculo Negativa	<u>(3.878)</u>	<u>(3.878)</u>	<u>(5.559)</u>	<u>(5.559)</u>


Notas TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS
b. Créditos fiscais diferidos e não registrados

Apresentamos a seguir o resumo dos créditos não registrados contabilmente:

Natureza	31/03/2012			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	329.319	82.330	329.319	29.639
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	5.928	1.482	5.928	534
Prejuízo fiscal/base negativa	<u>266.242</u>	<u>66.561</u>	<u>266.702</u>	<u>24.003</u>
Total	<u>601.489</u>	<u>150.373</u>	<u>601.949</u>	<u>54.176</u>

Natureza	31/12/2011			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	321.825	80.456	321.825	28.964
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	5.982	1.496	5.982	538
Prejuízo fiscal/base negativa	<u>262.419</u>	<u>65.605</u>	<u>262.878</u>	<u>23.659</u>
Total	<u>590.226</u>	<u>147.557</u>	<u>590.685</u>	<u>53.161</u>

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos a imposto de renda e da base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da contribuição social, em cada período-base.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados (judiciais e extrajudiciais) às contingências passivas

Natureza	Vinculados	Não vinculados	31/03/2012	31/12/2011
			A+B	SALDO
	A	B		
Cível	8.432	12.407	20.839	20.489
Trabalhista	6.680	298	6.978	7.457
Tributária	853	992	1.845	1.270
Total	<u>15.965</u>	<u>13.697</u>	<u>29.662</u>	<u>29.216</u>
Circulante	15.548	12.681	28.229	27.537
Não Circulante	417	1.016	1.433	1.679

Vide Nota Explicativa nº 12.

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens contingentes referem-se a diversos processos em que a TELEBRÁS figura como ré ou autora.

8. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS – CIRCULANTE

	31/03/2012	31/12/2011
Adiantamento a empregados	1.173	717
Outros	<u>131</u>	<u>75</u>
Total	<u>1.304</u>	<u>792</u>

O saldo de adiantamento a empregados refere-se a férias, décimo terceiro salário, diárias e outros.

Notas  **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

9. IMOBILIZADO**9.1. Imobilizado**

Natureza do Imobilizado	Taxa Anual de Depreciação/ Amortização %	Custos	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Líquido	
				31/03/2012	31/12/2011
Instalações prediais	10	1.201	(140)	1.061	1.092
Mobiliário	10	2.301	(276)	2.025	2.082
Equipamentos de computação	20	2.917	(728)	2.189	2.334
Outros equipamentos comuns	10	58	(9)	49	49
Sistemas aplicativos	20	497	(129)	368	390
Estoque de imobilizado	-	<u>91.750</u>	<u>-</u>	<u>91.750</u>	<u>72.858</u>
Total		<u>98.724</u>	<u>(1.282)</u>	<u>97.442</u>	<u>78.805</u>

9.2. Movimentações ocorridas no Imobilizado no primeiro trimestre de 2012

Descrição	Saldo 31/12/ 2011	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo 31/03/2012
Instalações Prediais	1.092	-	-	(31)	1.061
Mobiliário	2.082	-	-	(57)	2.025
Equipamentos de Computação	2.334	-	-	(145)	2.189
Outros Equipamentos Comuns	49	1	-	(1)	49
Sistemas Aplicativos	390	3	-	(25)	368
Imobilizado em Andamento	<u>72.858</u>	<u>18.892</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>91.750</u>
Total do Imobilizado	<u>78.805</u>	<u>18.896</u>	<u>-</u>	<u>(259)</u>	<u>97.442</u>

9.3. Movimentações ocorridas no Imobilizado em 2011

Descrição	Saldo 31/12/2010	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo 31/12/2011
Instalações Prediais	531	657	-	(96)	1.092
Mobiliário	1.350	916	-	(184)	2.082
Equipamentos de Computação	676	2.064	-	(406)	2.334
Outros Equipamentos Comuns	13	40	-	(4)	49
Sistemas Aplicativos	326	153	-	(89)	390
Imobilizado em Andamento	<u>1.055</u>	<u>71.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>72.858</u>
Total do Imobilizado	<u>3.951</u>	<u>75.633</u>	<u>-</u>	<u>(779)</u>	<u>78.805</u>



Notas TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

10. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	31/03/2012	31/12/2011
Salários e honorários a pagar	565	538
Consignações a recolher – parte empregados	1.161	1.438
Encargos sociais a recolher	1.195	979
Benefícios sociais a recolher	102	153
Provisões trabalhistas e encargos sobre férias	<u>5.305</u>	<u>4.574</u>
Total	<u>8.328</u>	<u>7.682</u>

11. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Para adequar a Empresa ao período pós-privatização, para o exercício somente das funções essenciais ao seu funcionamento como empresa sem ativos operacionais, foi iniciado, em setembro de 1998, o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)”. Esse programa tem por objetivo proporcionar suporte financeiro para os empregados da Empresa, inclusive os cedidos para a ANATEL e demais órgãos governamentais, quando do desligamento funcional e contempla as verbas rescisórias e indenizatórias, as obrigações contidas em acordos coletivos de trabalho, bem como aquelas decorrentes de serviços prestados, tais como indenização pecuniária de alimentação, de assistência médica e de seguridade social.

Em 2011, a TELEBRÁS cumpriu determinação do ofício do Tribunal de Contas da União - TCU dando-nos ciência do Acórdão n.º 6767/2011 de 23/08/2011 que determinou "o prazo de 60 dias para que a TELEBRÁS adotasse providências com vistas a extinguir o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, determinando que, a partir da ciência da presente deliberação, abstenha-se de admitir novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa" e do Ofício n.º 91/2011 de 09/09/2011, da lavra do Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, qual solicitou à TELEBRÁS que, em virtude das determinações do acórdão emanado pelo TCU, tome todas as medidas necessárias para extinguir imediatamente o PISP.

Assim, face à determinação do TCU e do Ministério das Comunicações, a direção da empresa declarou extinto o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, onde ficaram vedadas novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa. O assunto encontra-se em análise no TCU, devido a interposição de Recurso por parte da TELEBRÁS.

No primeiro trimestre de 2011 foi revertido no resultado o valor de R\$ 398.

12. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 31/03/2012, a TELEBRÁS é ré em 1.883 ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária (1.755 em 31/12/2011), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela área jurídica da Empresa e a elas são atribuídas expectativas de perda, conforme a seguir, e com base nessas avaliações, é dado o seguinte tratamento contábil:

Notas  TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Expectativa da perda	Critério contábil	Quantidade de ações	
		31/03/2012	31/12/2011
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	118	123
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	857	806
Remota	Não provisionar, nem divulgar em Notas Explicativas	<u>908</u>	<u>826</u>
	Total	1.883	1.755

12.1. Contingências de perda provável (provisionadas)

a. Contingências líquidas de depósitos judiciais

Natureza	31/03/2012			
	Quantidade de Ações	Provisões A	Depósitos Judiciais B	Líquido A-B
Cível	48	300.183	8.432	291.751
Trabalhista	68	12.981	6.680	6.301
Tributária	<u>2</u>	<u>16.093</u>	<u>853</u>	<u>(*) 15.240</u>
Total	118	329.257	15.965	313.292
Circulante		260.744	15.548	245.196
Não Circulante		68.513	417	68.096

(*) Do valor líquido da Natureza Tributária, R\$ 15.235 está citado na Nota Explicativa nº 5.

Natureza	31/12/2011			
	Quantidade de Ações	Provisões A	Depósitos Judiciais B	Líquido A-B
Cível	43	293.215	8.237	284.978
Trabalhista	78	13.089	7.164	5.925
Tributária	<u>2</u>	<u>15.521</u>	<u>286</u>	<u>(*) 15.235</u>
Total	123	321.825	15.687	306.138
Circulante		254.549	15.015	239.534
Não Circulante		67.276	672	66.604

Notas  **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

b. Classe das Ações Judiciais

Classe das Ações	<u>Quantidade</u>		<u>Provisões</u>	<u>Depósitos</u>	<u>Líquido</u>	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012 A	31/03/2012 B	31/03/2012 A-B	31/12/2011 SALDO
Cíveis						
Illegalidade na transferência/venda de ações fraude	9	9	6.712	2.433	4.279	4.159
Pleito de dividendos sobre o capital da TELEBRÁS corrigidos - AGO'S (1990/1991 e 1994/1995)	7	7	282.168	3.390	278.778	272.371
Pleito de diferença de quantidade de ações da TELEBRÁS – Participação financeira – (Auto-fin)	15	11	220	114	106	50
Pleito de diferença de ações decorrentes da conversão de debêntures	1	1	6.406	-	6.406	6.255
Pleito de indenização por danos morais e materiais	1	1	1.866	1.869	(3)	(1.497)
Pleito de reconhecimento de direito autoral	1	1	1.056	-	1.056	1.032
Pleito de recuperação de pagamento sobre tarifa - FNT	5	5	449	199	250	243
Pleito de perdas e danos	1	1	838	220	619	603
Rescisão/inexecução contratual	1	1	201	184	17	15
Outros	<u>7</u>	<u>6</u>	<u>267</u>	<u>23</u>	<u>243</u>	<u>1.747</u>
Total	<u>48</u>	<u>43</u>	<u>300.183</u>	<u>8.432</u>	<u>291.751</u>	<u>284.978</u>
Trabalhistas						
Pleito de pagamento de expurgo inflacionário do cálculo de multa de 40% - saldo do FGTS	31	36	2.448	1.220	1.228	1.180
Pleito de incorporação de gratificação de função - PISP	2	1	833	90	742	603
Pleito de readmissão de pessoal	1	1	1.425	1.278	147	137
Pleito de reconhecimento de vínculo empregatício do pessoal de mão de obra contratada - MOC	1	1	1.496	138	1.358	1.327
Anulação de transferência para operadoras - PISP e verbas rescisórias	1	21	2.930	2.937	(8)	1.030
Indenização de ganhos de produtividade	2	2	570	19	551	537
Pleito de reenquadramento/equiparação	1	1	367	72	296	288
Reconhecimento de direito sobre o PISP	3	4	350	325	26	58
Outros	<u>26</u>	<u>11</u>	<u>2.562</u>	<u>601</u>	<u>1.961</u>	<u>765</u>
Total	<u>68</u>	<u>78</u>	<u>12.981</u>	<u>6.680</u>	<u>6.301</u>	<u>5.925</u>
Tributárias						
Cobranças de tributos SRFB - INSS	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>16.093</u>	<u>853</u>	<u>15.240</u>	<u>(*)15.235</u>
Total	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>16.093</u>	<u>853</u>	<u>15.240</u>	<u>15.235</u>
Total Geral	118	123	329.257	15.965	313.292	306.138
Circulante			260.744	15.548	245.196	239.534
Não Circulante			68.513	417	68.096	66.604

(*) Do valor líquido da Natureza Tributária, R\$ 15.235 está citado na Nota Explicativa nº 5.



Notas TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

c. Movimentação das provisões para contingências

Saldo em 31/12/2011	321.825
Adições Líquidas – Despesas - Circulante	842
Adições Líquidas – Despesas – Não Circulante	665
Baixas	(637)
Atualizações – Encargos Financeiros	6.562
Saldo em 31/03/2012	329.257
Circulante	260.744
Não Circulante	68.513

d. Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências

Saldo em 31/12/2011	15.687
Adições Líquidas	41
Baixas - provisões para contingências	616
Baixas - despesas para perdas judiciais	(637)
Atualização – Encargos Financeiros	258
Saldo em 31/03/2012	15.965
Circulante	15.548
Não Circulante	417

12.2. Contingências de risco possível (não provisionadas)

Natureza	Quantidade de Ações		Valor	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Cível	830	781	7.845	8.756
Trabalhista	23	21	2.236	2.127
Tributária	4	4	960	953
Total	<u>857</u>	<u>806</u>	<u>11.041</u>	<u>11.836</u>

Notas  **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

Classe das Ações Judiciais**Classe das Ações**

	Quantidade		Valor	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Cíveis				
Reconhecimento de direito autoral	2	2	265	263
Declaração de responsabilidade - PCT's	3	3	148	146
Declaração de inexecução contratual com efeito indenizatório	2	2	460	455
Declaração de nulidade em licitação pública	2	2	260	257
Ilegalidade na transferência/venda de ações	13	13	406	401
Diferenças entre quantidade de ações da TELEBRÁS e operadoras do ex-Sistema TB	744	713	5.456	5.233
Indenização por danos morais e materiais	3	4	274	1.431
Outras	<u>61</u>	<u>42</u>	<u>576</u>	<u>570</u>
Total	830	781	7.845	8.756
Trabalhistas				
Pagamento de hora extra/reflexo verbas rescisórias	3	1	408	393
Equiparação salarial/periculosidade	2	2	401	397
Verbas rescisórias diversas	3	6	408	494
Reconhecimento do PISP	2	2	641	635
Outras	<u>13</u>	<u>10</u>	<u>377</u>	<u>208</u>
Total	23	21	2.236	2.127
Tributárias				
Cobrança de tributos - SRFB	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>960</u>	<u>953</u>
Total	4	4	960	953
Total Geral	<u>857</u>	<u>806</u>	<u>11.041</u>	<u>11.836</u>

13. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 447.416 em 31/03/2012 (R\$ 416.671 em 31/12/2011) corresponde a aporte da União para a subscrição e integralização de capital, corrigidos pela taxa selic. O saldo citado será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO.

Em função do que consta no Decreto s/nº de 11/10/2011 publicado no Diário Oficial da União – DOU de 13/10/2011 foi autorizado o aumento de capital social da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS, no montante de até R\$ 300 milhões, com emissão de novas ações, mediante repasses de créditos da UNIÃO consignados na Lei nº 12.410/11 de 26/05/2011. Foi aprovado na 93ª A.G.E. de 04/04/2012 a proposta de aumento do Capital Social de R\$ 419.454.543,77 para R\$ 719.454.543,77, abrindo o direito de preferência pelo prazo de 30 dias, iniciando em 05/04/2012 e terminando em 04/05/2012 para homologação na próxima A.G.E..

14. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

Trata-se de obrigação formalizada por meio do Termo de Transação e Outras Avenças, decorrente de sentença judicial, firmado com a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., conforme fato relevante publicado em 14/06/2006, na Gazeta Mercantil.

Conforme previsto no referido Termo, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a esta obrigação R\$ 126.670 em 31/03/2012 e (R\$ 125.640 em 31/12/2011), refere-se a saldos de créditos de processos de pedidos de restituição/compensação à Receita Federal, que somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31/03/2012, o capital social no valor R\$ 419.455 (R\$ 419.455 em 31/12/2011), subscrito e integralizado, compõe-se de 109.698.912 (109.698.912 em 31/12/2011) em unidade de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>Quantidade - Unidade</u>	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Capital total em ações		
Ordinárias	88.695.913	88.695.913
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total	109.698.912	109.698.912
Ações em tesouraria		
Ordinárias	1.936	1.936
Total	1.936	1.936
Ações em circulação		
Ordinárias	88.693.976	88.693.976
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total	109.696.976	109.696.976
Valor Patrimonial por ações em circulação	<u>(0,80803)</u>	<u>(0,71104)</u>

A partir de 24/01/2011, as ações de emissão da Telebrás passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA (site: www.bmfbovespa.com.br) na forma unitária. Dessa forma o preço de 1 (uma) ação a partir de 24/01/2011 corresponde ao preço de 10.000 (dez mil) ações antigas.

b. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Empresa e a permanência dos prejuízos acumulados até então, não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

c. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor referente ao ajuste de avaliação patrimonial corresponde a ganhos (perdas) por ajuste ao valor de mercado de ações e títulos destinados a venda. Vide também Nota Explicativa nº 17

d. Ações em Tesouraria

O valor das ações em tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRÁS, ocorrida em 22/05/1998.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa não possui operações com derivativos.

Como instrumentos financeiros, a Empresa possui aplicações financeiras de liquidez imediata (R\$ 639.071 em 31/03/2012 e R\$ 612.185 em 31/12/2011), as quais estão avaliadas ao custo, acrescidas de rendimentos até a data do balanço. As taxas negociadas são compatíveis com as condições de mercado. Além disso, possui equivalentes a caixa (R\$ 379 em 31/03/2012 e R\$ 23.133 em 31/12/2011). Vide Nota Explicativa nº 4.

Considerando o saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRÁS ocorrida em 1998, o único ativo financeiro avaliado pelo valor de mercado corresponde às ações destinadas à venda (R\$ 2.903 em 31/03/2012 e R\$ 2.471 em 31/12/2011), as quais estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, conforme movimentação abaixo:

Movimentação das Ações e Títulos destinados à venda – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Saldo em 31/12/2011	2.471
Ganhos por ajuste ao valor de mercado – (AVP)	432
Saldo em 31/03/2012	2.903



17. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRÁS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRÁS patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL). Até dezembro de 1999, todas as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL eram solidárias em relação a todos os planos então existentes. Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos e que se encontravam em tal condição em 31/01/2000, resultando em uma proposta de reestruturação no Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da Sistel visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a nova realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRÁS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS - A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.

A partir de dezembro de 2000, atendendo ao que dispõe os art. 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, passou a ser utilizada, na determinação do custeio desses planos, a paridade contributiva entre patrocinadora e empregados, decisão que foi ratificada pelo Conselho de Curadores da Fundação Sistel de Seguridade Social em Reunião Extraordinária realizada em 29/11/2000, passando para 8% (oito por cento) a contribuição previdencial devida pela patrocinadora, aplicável a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

Assim, a TELEBRÁS é patrocinadora dos seguintes planos:

- **PBS – A**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes de todas as patrocinadoras assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si e com a Sistel.

Considerando que a SISTEL e a TELEBRÁS ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação desta Empresa, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% (cinquenta por cento) do superávit registrado nos Balancetes da SISTEL, que caberá às Patrocinadoras o valor de R\$ 537.202.844,43 em 31/12/2011 não efetuamos o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se encontra em análise na PREVIC.

Notas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

Em 30/03/2012 a SISTEL divulgou que o processo continua em avaliação pela PREVIC, que manteve exigências anteriormente formuladas por diversas questões de interpretações entre PREVIC, SISTEL e o DEST. As referidas questões estão sendo objeto de avaliação pela SISTEL, para fins de nova abordagem junto à PREVIC.

- **PBS – TELEBRÁS**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRÁS, não mais havendo a solidariedade entre as patrocinadoras dos planos administrados pela Sistel.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRÁS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRÁS passa a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRÁS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRÁS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente. Em 31/03/2012 o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRÁS.

- **PAMA**

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) trata-se de um “Plano de Benefícios Pós-Emprego” como sendo um Fundo Financeiro de Assistência à Saúde com contribuição definida. Foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS - Assistidos e PBS - Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios. Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições das patrocinadoras à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS-TELEBRÁS.



Notas TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

- **TELEBRÁSPREV**

É um plano misto de previdência complementar implantando no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, em 3/12/2002, na modalidade de contribuição definida para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRÁS; não está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

Em 31/03/2012 e 31/12/2011 os planos apresentavam as seguintes posições contábeis:

- **PBS - TELEBRÁS e PBS - A**

	<u>PBS - TELEBRÁS</u>		<u>PBS-A</u>	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Provisões matemáticas e fundos	255.715	251.248	8.184.721	8.003.545
Outros exigíveis	<u>5.731</u>	<u>5.293</u>	<u>210.182</u>	<u>225.899</u>
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	<u>261.446</u>	<u>256.541</u>	<u>8.394.903</u>	<u>8.229.444</u>
(-) Total dos ativos dos planos	<u>328.196</u>	<u>313.927</u>	<u>11.173.864</u>	<u>10.642.207</u>
(=) Superávit acumulado	66.750	57.386	2.778.961	2.412.763

A partir do fato gerador de janeiro de 2009, não mais efetuou recolhimento, por estar suspensa a contribuição patronal referente à contribuição relativa ao PBS – TELEBRÁS conforme explicações retro mencionadas.

- **PAMA**

	31/03/2012	31/12/2011
Fundo assistência financeira	601.022	592.504
Outros exigíveis	<u>31.986</u>	<u>32.473</u>
Total dos fundos e outros exigíveis	<u>633.008</u>	<u>624.977</u>
Total dos ativos do plano	633.008	624.977

Durante o primeiro trimestre de 2012, a Empresa efetuou contribuições ao PAMA no montante de R\$ 8 (R\$ 14 em igual período de 2011).

- **TELEBRÁSPREV**

	31/03/2012	31/12/2011
Provisões matemáticas e fundos	576.320	550.439
Outros exigíveis	<u>1.033</u>	<u>440</u>
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	<u>577.353</u>	<u>550.879</u>
(-)Total do ativo do plano	<u>595.606</u>	<u>561.180</u>
(=) Superávit acumulado	18.253	10.301

Durante o primeiro trimestre de 2012, a Empresa efetuou contribuições ao TELEBRÁSPREV no montante de R\$ 279 (R\$ 191 em igual período de 2011).

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1 Composição do Quadro de Pessoal da TELEBRÁS incluindo empregados cedidos e requisitados

Em 31/03/2012, estavam cedidos 71 empregados à ANATEL (71 em 31/12/2011) e 27 para outros órgãos governamentais (28 em 31/12/2011), com ônus para os cessionários, de acordo com o Decreto nº 4.050, de 12/12/2001, do total de 204 empregados da TELEBRÁS.

Em 31/03/2012, contava ainda com 88 contratados “ad Nutum” (85 em 31/12/2011) e 2 empregados requisitados (4 em 31/12/2011).

18.2 Remuneração dos Administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores:

HONORÁRIOS	31/03/2012	31/03/2011
Diretoria	406	386
Conselho de Administração	74	71
Conselho Fiscal	<u>39</u>	<u>40</u>
TOTAL	519	497

19. EVENTO SUBSEQUENTE

Em função do que consta no Decreto s/nº de 11/10/2011 publicado no Diário Oficial da União – DOU de 13/10/2011 foi autorizado o aumento de capital social da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS, no montante de até R\$ 300 milhões, com emissão de novas ações, mediante repasses de créditos da UNIÃO consignados na Lei nº 12.410/11 de 26/05/2011. Foi aprovado na 93ª A.G.E. de 04/04/2012 a proposta de aumento do Capital Social de R\$ 419.454.543,77 para R\$ 719.454.543,77, abrindo o direito de preferência pelo prazo de 30 dias, iniciando em 05/04/2012 e terminando em 04/05/2012 para homologação na próxima A.G.E..

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

À

DD. DIRETORIA DA

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

BRASÍLIA – DF

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Ênfases

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5 – Tributos a Recuperar, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS possui registrado em 31 de março de 2012, o montante de R\$ 147.774 mil correspondente a impostos a recuperar originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação, procedimento ocorrido no período pela compensação de R\$ 3.637 mil relativos a débitos tributários referente ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte incidentes sobre folha de pagamento e remuneração a serviços terceirizados de pessoas jurídicas. Ressalta-se também, que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Contrato de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de março de 2012, era de R\$ 126.670 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Conforme a Nota Explicativa nº 11 – Programa de indenização por serviços prestados (PISP), em 2011, a TELEBRÁS cumpriu determinação do ofício do Tribunal de Contas da União - TCU dando ciência do Acórdão n.º 6767/2011 de 23/08/2011 que determinou "o prazo de 60 dias para que a TELEBRÁS adotasse providências com vistas a extinguir o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, determinando que, a partir da ciência da presente deliberação, abstenha-se de admitir novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa" e do Ofício n.º 91/2011 de 09/09/2011, da lavra do Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, o qual solicitou à TELEBRÁS que, em virtude das determinações do acórdão emanado pelo TCU, tome todas as medidas necessárias para extinguir imediatamente o PISP. Assim, face à determinação do TCU e do Ministério das Comunicações, a direção da empresa declarou extinto o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, onde ficaram vedadas novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa. O assunto encontra-se em análise no TCU, devido à interposição de Recurso por parte da TELEBRÁS. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Conforme a Nota Explicativa nº 17 – Planos de benefícios pós-emprego, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS é patrocinadora da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social. As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios estão descritas na nota explicativa. Cabe ressaltar que o Conselho de Administração da TELEBRÁS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS-A como patrocinadora, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras. Como a SISTEL e a TELEBRÁS, ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% do superávit registrado nos balancetes da SISTEL, não foi efetuado o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se encontra em análise na PREVIC. Em 30/03/2012 a SISTEL divulgou que o processo continua em avaliação pela PREVIC, que manteve exigências anteriormente formuladas por diversas questões de interpretações entre PREVIC, SISTEL e o DEST. As referidas questões estão sendo objeto de avaliação pela SISTEL, para fins de nova abordagem junto à PREVIC. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 – Recursos Capitalizáveis, o saldo de R\$ 447.416 em 31/03/2012 corresponde a aporte da União para a subscrição e integralização de capital, corrigidos pela taxa selic. O saldo citado será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Em função do que consta no Decreto s/nº de 11/10/2011 publicado no Diário Oficial da União – DOU de 13/10/2011 foi autorizado o aumento de capital social da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS, no montante de até R\$ 300 milhões, com emissão de novas ações, mediante repasses de créditos da UNIÃO consignados na Lei nº 12.410/11 de 26/05/2011. Foi aprovado pelo Conselho de Administração na Ata 131ª de 07/02/2012 da TELEBRÁS o valor de R\$ 300 milhões a ser incorporado ao capital na próxima A.G.E. Conforme Nota Explicativa nº 20, como evento subsequente, foi aprovado na 93ª A.G.E. de 04/04/2012 a proposta de aumento do Capital Social de R\$ 419.454 mil para R\$ 719.454 mil, abrindo o direito de preferência pelo prazo de 30 dias, iniciando em 05/04/2012 e terminando em 04/05/2012 para homologação na próxima A.G.E.. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Brasília, 11 de maio de 2012.

UHY MOREIRA - AUDITORES

CRC RS 3717 S DF

JORGE LUIZ M. CEREJA

Contador CRC RS 43679 S DF

CNAI Nº 539

Sócio - Responsável Técnico